



PRIMEIROS PASSOS

“Gênero” e “Ideologia de Gênero” na internet: uma análise inicial a partir de publicações na imprensa *online* brasileira (2019-2022)

"Gender" and "Gender Ideology" on the internet: a preliminary analysis based on publications in the Brazilian online press (2019-2022)

Wilian Junior Bonete (wilian.bonete@ufpel.edu.br)

Doutor em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Thayná Luiza Uhde Dalsasso (thaydalsasso@hotmail.com)

Graduanda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Resumo:

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto “Portal Clio HD: acervo de fontes e objetos digitais para o ensino e a pesquisa em História”, cujo objetivo foi analisar reportagens publicadas na imprensa online entre 2019 e 2022 sobre os termos “gênero” e “ideologia de gênero”. A investigação buscou compreender a circulação desses termos nas mídias digitais, especialmente a partir do crescimento de discursos intolerantes em relação à diversidade de gênero no período analisado. Diante de um cenário em que tais discursos se tornaram mais frequentes e influentes, é essencial entender suas origens, dinâmicas e impactos no campo educacional. A pesquisa utilizou os aportes da História Digital e interpretou os dados por meio de abordagens qualitativas e quantitativas, com suporte do software de código aberto *Voyant Tools*. Os resultados apontaram que o termo “ideologia de gênero” foi amplamente instrumentalizado por grupos ultraconservadores de direita, visando deslegitimar discussões sobre gênero e sexualidade. Já o conceito de “gênero” foi predominantemente associado ao feminino e ao contexto educacional, além de uma acentuada polarização no debate público. Conclui-se que essas estratégias reforçam normas conservadoras, dificultando avanços em direção à igualdade e à inclusão nas relações de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Ideologia de Gênero; História Digital; História e Historiografia.

Abstract:

This article presents the results of a research study developed within the scope of the project “Portal Clio HD: a collection of sources and digital objects for teaching and research in History,” which aimed to analyze online press reports published between 2019 and 2022 on the terms “gender” and “gender ideology.” The investigation sought to understand the circulation of these terms in digital media, especially in light of the rise of intolerant discourses regarding gender diversity during the analyzed period. Given a context where such discourses have become increasingly frequent and influential, understanding their origins, dynamics, and impacts on the educational field is essential. The study employed Digital History methodologies, interpreting the data through both qualitative and quantitative approaches, with the support of the open-source software *Voyant Tools*. The results indicated

that the term "gender ideology" was widely instrumentalized by far-right ultraconservative groups to delegitimize discussions on gender and sexuality. Meanwhile, the concept of "gender" was predominantly associated with femininity and the educational context, alongside a marked polarization in public debate. The study concludes that these strategies reinforce conservative norms, hindering progress toward equality and inclusion in gender relations.

Keywords: Gender; Gender Ideology; Digital History; History and Historiography.

Introdução

O presente estudo está inserido no contexto das discussões sobre gênero e sexualidade, marcado por tensões políticas e sociais que possuem impactos no campo educacional. Esses tensionamentos podem ser observados em diferentes publicações na internet, sobretudo na imprensa *online*. Desse modo, o presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou refletir como os termos *gênero* e *ideologia de gênero* foram “usados” e divulgados na imprensa online, entre os anos de 2019-2022.¹ As reflexões estão inseridas no âmbito do projeto intitulado “*Portal Clio HD: Acervos de Fontes e Objetos Digitais para o Ensino e a Pesquisa em História*”, que é coordenado pelo Professor Dr. Wilian Bonete e está vinculado ao grupo de pesquisa HEDUCA – História e Educação: textos, escritas e leituras (CNPq), e visa a construção permanente de um acervo digital de fontes para a pesquisa e o ensino de História, com ênfase na dimensão da História Digital.

A metodologia da coleta das fontes pautou-se pela busca de reportagens e notícias publicadas na imprensa *online*, com textos e conteúdos relevantes sobre os temas *gênero* e *ideologia de gênero*, num recorte temporal entre 2019-2022². Após a identificação das publicações pertinentes, procedeu-se a categorização e a análise dos conteúdos e, bem como a catalogação e o arquivamento dos materiais (gerados em PDFs)³ no Portal Clio HD.

Importante salientar que esse procedimento metodológico está amparado em diferentes proposições de autores ligados à História Digital. Fábio Chang de Almeida (2022), por exemplo, comenta sobre os desafios da preservação da informação na era digital, dada sua efemeridade. Segundo autor:

O caráter efêmero da Internet torna ainda mais importante a tomada de consciência dos historiadores perante esta nova categoria de fontes. Muitos sites são retirados do ar sem aviso prévio e seu conteúdo pode ser perdido, visto a sua inexistência em outro suporte. Dessa forma, o pesquisador do Tempo Presente tem acesso exclusivo a esse material, pois ele só é disponível em uma restrita janela temporal. Como se estivesse em um trabalho de “arqueologia de salvamento”, o historiador torna-se

¹ O artigo é decorrente de nossa atuação no Portal Clio HD, no âmbito do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

² O recorte do projeto se estabelece a partir de 2019 até 2022, buscando refletir como as reportagens e notícias divulgavam as ações e debates políticos sobre gênero e ideologia de gênero durante o governo do presidente Jair Bolsonaro.

³ Portable Document Format (formato portátil de documento).

responsável pela análise e também pela preservação da informação. Não fosse a sua intervenção, o documento poderia ser perdido em caráter definitivo. (Almeida, 2022, p. 112)

As fontes que são levantadas, catalogadas e compiladas, atualmente são organizadas em planilhas específicas para cada um dos eixos temáticos do portal⁴ e disponibilizadas em acesso aberto ao público proporcionando uma sistematização de uma documentação digital sobre o período investigado. Segundo Almeida (2022), a web 2.0 criada na primeira metade dos anos 2000, transformou a internet em um ambiente de sociabilidade digital e tornou o ciberespaço uma ferramenta de compartilhamento de construção coletiva e individual, criando uma "cibercultura". Através dela, torna-se possível compreender relações, construções e narrativas presentes na sociedade, por meio das mídias digitais.

Nesse sentido a análise das reportagens e das narrativas veiculadas na imprensa online, nos tem permitido criar uma compreensão sobre os desafios e complexidades associadas às discussões sobre gênero no contexto atual, bem como das estratégias políticas que moldam e influenciam esses debates que atravessam a educação.

No âmbito acadêmico, o debate sobre gênero trata de uma reflexão sobre como as normas de gênero são construídas, mantidas e contestadas em diferentes sociedades e momentos históricos. É uma categoria analítica que serve para identificar processos históricos e sociais que classificam e posicionam os sujeitos a partir do masculino e do feminino (Rosa; Souza; Camargo, 2020). Nesse contexto, também são evidenciados movimentos contrários voltados ao questionamento e à deslegitimação da teoria de gênero. Esses discursos são amplamente difundidos por grupos ultraconservadores, muitos dos quais estão ligados a setores religiosos e defendem valores morais tradicionais. Esses grupos sustentam a crença de que questões relacionadas ao gênero social e à sexualidade devem ser exclusivamente tratadas no ambiente familiar e não devem ser abordadas no contexto educacional.

Como método para combater políticas educacionais voltadas para estudos de gênero, educação sexual e outras temáticas relacionadas, esses grupos promovem ativamente a circulação do termo "ideologia de gênero". Esse termo surge justamente como uma ação para conter o avanço do debate de gênero e de sexualidade na sociedade e nas escolas (Railane; Alvarenga; Silva, 2022, p. 275).

⁴ Atualmente o Portal Clio HD conta com os seguintes eixos-temáticos: Conflitos contemporâneos, Direitos Humanos, Diversidade, Educação e Negacionismo Histórico e Científico. Para maiores informações, conferir: <https://wp.ufpel.edu.br/cliold/acervo-tematico-fontes-digitais/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

As discussões sobre gênero destacam-se no meio político, principalmente com os avanços dos debates públicos neoconservadores em prol de valores morais tradicionais e no processo recente da crise de democracia no Brasil, o Movimento Escola Sem Partido ganhou força durante as discussões na elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE, 2014) e, mais recentemente, da construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2015).

Em 2014 as discussões sobre “ideologia de gênero” adentraram no âmbito da educação, tomando amplas proporções no Congresso Nacional, principalmente no que se refere a inclusão ou retirada de termos como gênero e sexualidade do (PNE), aprovado naquele ano, polarizando a discussão a nível nacional. Em 2018, esse tema assumiu novos contornos, especialmente durante as eleições presidenciais, quando a expressão “ideologia de gênero” passou a ser amplamente utilizada como argumento por agentes políticos ultraconservadores (Rosa; Souza; Camargo, 2020).

Mesmo após a eleição e a vitória nas urnas do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), a guerra ideológica ganhou força e continuou com a utilização dos mesmos símbolos falaciosos que havia sido criados durante a campanha presidencial, como o controverso “kit gay”. Os termos *doutrinação* e *ideologia* foram e continuam a ser usados como rótulos para incutir medo e alimentar a confusão sobre os temas tratados na educação. Em seu discurso de posse, em janeiro de 2019, Bolsonaro prometeu erradicar a “ideologia de gênero nas escolas” e resistir à “submissão ideológica” (Tolentino; Almeida, 2023, p. 279-278). Essas declarações refletem uma estratégia contínua de polarização e controle do debate educacional.

Desta maneira, notícias falsas, tendenciosas e teorias conspiratórias passaram a ser difundidas estrategicamente a fim de constituírem um marketing político. No contexto do ciberespaço, em que a disseminação de informações desempenha um papel crucial, será possível compreender as narrativas produzidas pela sociedade e como esses discursos contra a “ideologia de gênero” chegavam até a população. Essa expressão, muitas vezes usada de forma pejorativa, busca desacreditar e deslegitimar as discussões sobre gênero, retratando-as como uma suposta imposição ideológica que ameaça os “valores tradicionais” e a “família” (Tolentino; Almeida, 2023).

Após essa contextualização inicial, é conveniente destacar de que forma nossas reflexões estão estruturadas. Para tanto, o artigo está dividido em três partes: na primeira apresenta-se o debate sobre os termos *gênero* e *ideologia de gênero* no âmbito das ciências humanas. A segunda busca refletir sobre como a web 2.0 e 3.0 tem facilitado a disseminação de opiniões e a construção de narrativas sobre os temas de *gênero* e *ideologia de gênero*, além

de apresentar os passos metodológicos utilizados no trabalho. Por fim, na terceira parte apresentam-se os resultados da análise das fontes mediante a utilização da ferramenta *Voyants Tools*.

1. Gênero e “Ideologia de Gênero”: notas sobre um complexo debate

O início dos estudos sobre mulheres na historiografia, as lutas e transformações vividas por elas ao longo dos séculos, desempenharam um papel crucial na formação e desenvolvimento dos debates sobre as relações de gênero. Esses debates transformaram a noção de gênero em uma categoria analítica essencial para identificar os processos históricos e sociais, principalmente no que se refere às desigualdades entre os gêneros. Conforme afirmam Kerzia Railane, Elda Alvarenga e Erineusa Maria da Silva (2022) no trabalho “*As narrativas da ‘ideologia de gênero’ nas mídias sociais e na imprensa: tensionamentos na educação brasileira*”, o conceito de gênero demonstra que essas desigualdades têm uma dimensão política, social e cultural, e não biológica e natural. Essa abordagem reconhece que as desigualdades de gênero são construídas socialmente e estão enraizadas em estruturas e práticas sociais complexas, que perpetuam relações de poder entre homens e mulheres.

Desse modo, ao abordar o conceito de gênero, é importante considerar não apenas as diferenças biológicas, mas também as dinâmicas sociais e culturais que perpetuam e reforçam essas disparidades ao longo do tempo. Essa reflexão é fundamental para desafiar visões tradicionais e estáticas sobre gênero, identidade e cultura, reconhecendo que esses conceitos são fluidos e moldados por contextos sociais, históricos e culturais específicos (Railane; Alvarenga; Silva, 2022).

No texto “*História das Mulheres e das Relações de Gênero: Campo Historiográfico, Trajetórias e Perspectivas*”, Maria Izilda Santos de Matos (2013) realiza uma síntese sobre o campo historiográfico chamado História das Mulheres e das relações de gênero. Segundo a autora (2013), o texto de Joan Scott, publicado em 1990, foi fundamental para a expansão e sofisticação dos estudos de gênero, introduzindo a categoria de “gênero” como uma perspectiva analítica importante. Na década de 1990 e início do século XXI, os estudos se ampliaram, incluindo biografias e explorando as experiências de mulheres em diferentes contextos históricos. Esse período foi marcado por uma renovação metodológica e conceitual na historiografia, que passou a questionar universalidades. A compreensão do conceito de gênero como uma construção social permite uma análise mais profunda das formas como as

normas, os valores e as representações culturais influenciam e moldam as experiências e identidades de gênero. Assim explica:

Multiplicaram-se as pesquisas que enfrentaram o desafio de recobrar as experiências de homens e mulheres em diferentes perspectivas, períodos e regiões do país, recuperando o cotidiano, ações, práticas, resistências e lutas, inclusive, destacando as experiências das mulheres cativas no longo passado escravista. (Matos, 2013, p. 8)

Matos (2013) destaca que nas últimas duas décadas, houve um crescimento significativo nos estudos de gênero no Brasil, com a ampliação de cursos, disciplinas e programas de pós-graduação focados nesse tema. A proliferação de Núcleos de Estudos da Mulher e/ou de Gênero, associados a iniciativas como a REDEFEM (Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas) e grupos de trabalho na ANPUH (Associação Nacional de História), demonstram a crescente relevância dessa área. Eventos como "*Fazendo Gênero*" e outras conferências científicas têm promovido debates e incentivado pesquisas históricas em diferentes regiões do país (Matos, 2013). A historiadora Ana Maria Marques (2015) também ressalta o desenvolvimento da historiografia feminista no Brasil a partir dos anos 1990, que começou a ganhar reconhecimento acadêmico, promovendo uma narrativa que inclui as experiências das mulheres e questiona a invisibilidade histórica delas.

Marques (2015) apresenta um panorama dos estudos de gênero dentro do contexto dos movimentos feministas, desde o século XVIII até as abordagens pós-estruturalistas contemporâneas. O texto explora a evolução do feminismo, dividindo-o em "ondas" e destacando figuras importantes como Olympe de Gouges (1748-1793), Madeleine Pelletier (1874-1939) e Bertha Lutz (1894-1976), além de referências como Simone de Beauvoir (1908 - 1986), Joan Scott (1941 - ...), Michel Foucault (1926-1984) e Judith Butler (1956 -...).

A primeira onda do feminismo, surgida no final do século XVIII, focava na luta pela igualdade de direitos, com ênfase no sufragismo e na cidadania das mulheres. No Brasil, o movimento feminista ganhou força no século XX com figuras como Adalgiza Bittencourt e Bertha Lutz, que lideraram o movimento sufragista e a luta pela emancipação intelectual e política das mulheres (Marques, 2015).

A segunda onda do feminismo, que ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, trouxe à tona a diferença de gênero, os estudos de gênero, e a importância de reconhecer as diversas identidades e experiências das mulheres. Simone de Beauvoir, com sua obra *O Segundo Sexo* (1949), e Scott (1990), com sua definição de gênero como uma categoria de análise, foram influências cruciais nesse período. O conceito de gênero foi ampliado para além da biologia, incorporando questões de linguagem, corpo e poder (Marques, 2015).

No artigo “*Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*”, Scott (1995) explora a evolução do conceito de gênero e sua importância para os estudos feministas e históricos. A autora começa discutindo o uso tradicional da palavra *gênero* na gramática, em que representa uma divisão linguística, e como, ao longo do tempo, o termo adquiriu significados figurados relacionados a traços de caráter ou sexuais. Ela destaca que o uso moderno de *gênero* surgiu principalmente entre feministas americanas que buscavam enfatizar a construção social das distinções sexuais, rejeitando o determinismo biológico implícito em termos como *sexo*. O conceito de gênero, nesse contexto, sublinha a natureza relacional das definições de feminilidade e masculinidade, reconhecendo que homens e mulheres são definidos em termos recíprocos, e que as análises históricas devem refletir essa interdependência.

O uso de gênero, segundo Scott (1995), exige uma reavaliação crítica dos paradigmas existentes, desafiando a separação entre a História Política e a História das Mulheres. Ela critica abordagens teóricas que tratam o gênero de forma descritiva, argumentando com essas falhas em questionar as razões e mudanças subjacentes nas relações de gênero ao longo da história⁵.

A autora defende a necessidade de teorias mais robustas para compreender a complexidade do gênero e sua interação com outras categorias como classe e raça, sugerindo que o uso do gênero como ferramenta analítica pode revelar novas perspectivas sobre as dinâmicas de poder e desigualdade. Em suma, o artigo de Scott coloca o gênero como uma categoria essencial para a análise histórica, não apenas como um substituto para o estudo das mulheres, mas como um conceito que permite uma compreensão mais profunda das relações sociais e das mudanças históricas (Scott, 1995).

Como estratégia para combater os estudos de gênero, sexualidade e outras temáticas relacionadas, diversos grupos têm intensificado a promoção do termo *ideologia de gênero*. A utilização desse termo não é meramente casual; trata-se de uma ação deliberada destinada a frear o avanço das discussões sobre gênero, sexualidade e identidade de gênero. A difusão do

⁵ É importante destacar que as questões de gênero envolvem uma multiplicidade de lutas, que não podem ser abordadas em sua totalidade neste artigo devido a limitações de espaço. Contudo, merece menção o recente trabalho da historiadora Marta Rovai (2024), que aponta como, nas últimas décadas no Brasil, temáticas relacionadas a mulheres e estudos de gênero emergiram em resposta a anos de silenciamento e apagamento. Esses campos, historicamente dominados por uma hegemonia masculina, branca e cis-heteronormativa, têm sido ressignificados por novos agentes e perspectivas críticas. A autora destaca o aumento significativo de historiadoras e de pesquisas voltadas às categorias de mulheres, feminilidades e masculinidades, é fruto de intensos enfrentamentos históricos de movimentos sociais como os diferentes feminismos - sendo alguns deles aqui já relacionados anteriormente - as lutas negras, indígenas e LGBTQIA+, que são cruciais para compreender os atravessamentos contemporâneos. Assim, os estudos de gênero revelam-se essenciais não apenas para evidenciar os diferentes agentes da produção do conhecimento historiográfico, mas também para refletir sobre os espaços que ocupam na sociedade (Rovai, 2024, p. 53).

termo *ideologia de gênero* emerge como uma tática de grupos conservadores para barrar o desenvolvimento de um debate crítico e informado sobre gênero e sexualidade.

Giovanna Marafon (2018) empreendeu uma análise crítica do termo *ideologia de gênero*, investigando sua origem e o impacto discursivo que ele exerce na sociedade contemporânea. Em seu texto, a autora argumenta que o conceito não emerge das teorias feministas ou dos estudos de gênero, mas sim de discursos fundamentalistas que visam desqualificar práticas e saberes sobre gênero.

A primeira vez que o termo *ideologia de gênero* foi abordado, foi em 1997, pelo cardeal Aloisius Ratzinger, futuro Papa Bento XVI. Através de uma carta repudiando os avanços feministas sobre o estudo de gênero, Ratzinger criticou o que chamou de "feminismo radical" e "*ideologia de gênero*", associando essa última à tentativa falha de aproximar de Deus princípios que não seguiam a lógica da criação, se referindo a identidades de gênero (Railane; Alvarenga; Silva, 2022).

Durante os debates, o termo *ideologia de gênero* tem sido frequentemente usado para desacreditar direitos e áreas do conhecimento, visando negar a existência de sujeitos e relações sociais que não se encaixam na visão conservadora de tradição judaico-cristã (Rosa; Souza; Camargo, 2020). Marafon (2018) aborda como essa narrativa antigênero se insere em um contexto mais amplo de poder pastoral, em que a moralidade religiosa é utilizada para governar e controlar condutas, invisibilizando suas raízes religiosas e se disfarçando como um discurso aparentemente laico em debates públicos e políticos.

A discussão sobre a relação entre o poder pastoral e a *ideologia de gênero* pode ser compreendida a partir da análise foucaultiana das práticas políticas e religiosas, Michel Foucault, segundo Marafon (2018), sugere que o pastorado cristão, com sua capacidade de constituir sujeitos através de redes de obediência e extração de verdade, prepara o terreno para a governamentalidade, uma prática política que visa regular a conduta dos indivíduos. O poder pastoral, embora deslocado, não desaparece; ao contrário, ele se integra a novos dispositivos de poder que visam a homogeneidade de comportamentos, particularmente no campo das relações de gênero e sexualidade (Marafon, 2018).

Rosa, Souza e Camargo (2020) afirmam que essa abordagem parece equiparar o *ideológico* ao que é visto como oposto ao pragmático, semelhante ao uso do termo *ideologia* para descrever o gênero, como se esta categoria fosse baseada em crenças, doutrinas e com forte carga emocional. Assim, segundo os autores, a noção de gênero, como ideologia, é uma tentativa de colocá-lo no polo oposto do conhecimento científico, retratando-o como algo que

é adotado de forma acrítica pelas pessoas. Marafon (2018) problematiza a maneira como o termo *ideologia de gênero* tem sido utilizado para reforçar normas de gênero hegemônicas e heteronormativas, opondo-se a qualquer movimento que desafie a concepção tradicional e binária de gênero.

Rosa, Souza e Camargo (2020) também apresentam algumas considerações sobre a pós-verdade⁶ e as novas direitas brasileiras, bem como os impactos dessas discussões na educação, especialmente no combate à “doutrinação”. A categoria teórica de gênero é postulada como uma ferramenta analítica fundamental nas ciências sociais e humanas, usada para compreender como as sociedades classificam e definem papéis, comportamentos e identidades, com base nas noções de feminino e masculino. Eles ressaltam que as características associadas aos gêneros não são fixas ou naturais, mas sim socialmente construídas e variáveis ao longo do tempo e em diferentes culturas (Rosa; Souza; Camargo, 2020). Scott (1995) examina como a introdução do gênero como categoria de análise transformou o campo dos estudos históricos. Ao contrário do estudo isolado das mulheres, o conceito de gênero propõe que as relações sociais entre os sexos sejam vistas como construções sociais que influenciam e são influenciadas por práticas históricas.

Marafon (2018) destaca que a ideia de *ideologia de gênero* serve para atacar e desqualificar pesquisadores e educadores que trabalham com questões de gênero, perpetuando uma visão moralista e reguladora das identidades de gênero. Os autores Rosa, Souza, Camargo (2020) apontam que ela é, frequentemente, usada como uma estratégia para desacreditar e deslegitimar os avanços no reconhecimento das identidades de gênero e dos direitos relacionados a elas. Esse termo é empregado para associar a discussão de gênero à uma suposta agenda ideológica, desconsiderando sua base científica e social. Ao equiparar o termo *ideologia* ao gênero, sugere-se que a compreensão de gênero é baseada em crenças, doutrinas ou dogmas, em vez de evidências e análises científicas, apresentando-as como irracionais ou dogmáticas.

Os objetivos do termo *ideologia de gênero* dentro das disputas de poder contemporâneas são alimentadas por uma aliança entre fundamentalismos religiosos e políticas ultraliberais que, juntos, buscam conservar valores morais tradicionais e reforçar

⁶ A pós-verdade, segundo Sônia Meneses (2019, p. 84-89), é um fenômeno que explora preconceitos e promove a desinformação, desafiando a construção de discursos históricos baseados em evidências. Discute como narrativas revisionárias e conservadoras distorcem fatos históricos, para sustentar ideologias e desqualificar interpretações históricas estabelecidas. A autora destaca que, na era da pós-verdade, fatos objetivos são frequentemente ignorados em favor de emoções e crenças pessoais, criando uma mistura calculada de observações corretas, interpretações plausíveis e fontes confiáveis, mas que no conjunto formam uma narrativa falsa e interesseira.

estruturas de poder, como a dominação masculina e a heteronormatividade. A disseminação do termo *ideologia de gênero* é descrita como uma estratégia para desqualificar os estudos de gênero e impor uma visão conservadora da sociedade, muitas vezes utilizando a retórica alarmista que posiciona a *ideologia de gênero* como uma ameaça à “*família natural*” e à civilização (Marafon, 2018).

A disseminação massiva de teorias conspiratórias por meio das diversas mídias digitais emergiu como uma forte influência na formação do pensamento conservador na era da pós-verdade. Essa disseminação tem contribuído para a polarização e a criação de um ambiente de conflito em torno de questões fundamentais para a igualdade de direitos e o reconhecimento da diversidade humana, como bem explica Rosa, Souza, Camargo:

Embora o termo *ideologia de gênero* encontre suas raízes em textos de membros conservadores da igreja católica que remontam o ano de 1997, essa ofensiva ainda vem ganhando terreno e, nos últimos anos, tem obtido novos arranjos que incrementaram a sua difusão e força nos espaços públicos e privados. (Rosa; Souza; Camargo, 2020, p. 151)

Isso cria um ambiente de conflito e polarização em torno de questões essenciais para a igualdade de direitos e o reconhecimento da diversidade humana. Os mesmos autores ainda argumentam que essa polarização tem impactos significativos na educação, dificultando o avanço de políticas educacionais inclusivas e informadas por uma perspectiva científica e socialmente consciente. A perspectiva de gênero visa desnaturalizar as desigualdades e promover o respeito e a equidade de direitos. Embora haja tentativas de censura, discutir gênero e sexualidade nas escolas não é ilegal e é essencial para uma educação integral e baseada nos direitos humanos (Rosa; Souza; Camargo, 2020).

Hélio Tolentino e Júlia Maria Costa de Almeida (2023) argumentam que a disseminação do termo *ideologia de gênero* serve para desacreditar e obstruir os esforços em prol da igualdade de gênero. Ao associar a discussão de gênero a uma suposta agenda ideológica, marginalizando e desvalorizando os estudos de gênero e suas contribuições para o entendimento das relações sociais e das experiências individuais. Ao silenciar o debate e desconsiderar os múltiplos significados conquistados na memória discursiva sobre gênero, inclusão, homoafetividade e direitos das minorias, essas narrativas reforçam estereótipos prejudiciais.

No Brasil, essa cruzada se manifesta fortemente no contexto educacional, com iniciativas como o já citado movimento “Escola sem Partido” (EsP). Este movimento acusa professores de doutrinação ideológica, principalmente quando abordam temas de gênero, sexualidade, diversidade étnica e religiosa. A estratégia do EsP visa proibir discussões sobre

esses temas nas escolas, promovendo uma visão conservadora da educação que defende a autoridade parental absoluta e a manutenção dos valores tradicionais (Marafon, 2018). Consequentemente, impedem o avanço em direção à igualdade e à compreensão da diversidade humana. Essas narrativas têm um impacto significativo na formação do pensamento conservador e na resistência a mudanças necessárias para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (Tolentino; Almeida, 2023).

2. *Gênero e Ideologia de Gênero* através das fontes digitais: algumas notas conceituais e metodológicas da pesquisa

Inicialmente, os historiadores trataram a internet como uma ciência auxiliar. No entanto, com a influência da Escola dos *Annales* sobre a concepção histórica e a noção de documento, as manifestações humanas ganharam relevância na produção histórica, novas fontes, incluindo documentos digitais, passaram a ser incorporadas à prática de pesquisa histórica (Almeida, 2022).

Com o surgimento das tecnologias digitais, a pesquisa histórica passou a incorporar fontes digitais em seu processo científico, caracterizando uma nova área de pesquisa intitulada "*História Digital*". Essa nova abordagem considera grande parte dos conteúdos virtuais como fontes históricas, reconhecendo a importância dos usos contínuos do passado na historiografia digital. A Web 1.0, predominante na década de 1990, era essencialmente um repositório de informações acessadas de maneira passiva por meio de sites de busca.

Com o advento da Web 2.0, a internet se tornou uma plataforma interativa, permitindo aos usuários criar e compartilhar conteúdo, o que marcou o início da interação social online. Na Web 3.0, desenvolvida na segunda década do século XXI, os algoritmos passaram a personalizar a experiência do usuário, oferecendo conteúdo baseado em seus interesses e comportamentos, impactando áreas como comércio e campanhas políticas (Szlachta; Junior; Ramos, 2021).

A História Digital, ao incorporar essas novas fontes e metodologias, não apenas enriquece a pesquisa histórica, mas também democratiza o acesso ao conhecimento. No entanto, os historiadores precisam estar atentos aos desafios específicos dessa nova era, como a necessidade de preservar as fontes digitais e a verificação da veracidade das informações (Maynard, 2016).

Segundo a classificação de Fábio Chang de Almeida (2022), os documentos digitais utilizados no trabalho são primários e exclusivos do formato digital, o manuseio aplicado a documentos digitais deve considerar a preservação da informação, uma vez que esses

documentos estão disponíveis por um tempo limitado na internet. A preservação das informações digitais é crucial, considerando a rápida evolução tecnológica e a possibilidade de perda de dados.

O Portal Clio HD é uma iniciativa que se dedica à coleta, preservação e análise de fontes digitais voltadas para o ensino e pesquisa em História. Este projeto surgiu considerando a crescente presença das tecnologias digitais na sociedade contemporânea. A História Digital examina como as tecnologias influenciam a apresentação e comunicação sobre o passado e oferece novas formas de análise das fontes históricas, que incluem documentos nativos digitais e materiais digitalizados. A preservação das informações digitais é uma questão central, visto que esses dados estão sujeitos a alterações e remoções, além de dependerem de tecnologias que podem se tornar obsoletas. O Portal Clio HD representa um esforço colaborativo para salvaguardar e disponibilizar materiais digitais que contribuem significativamente para a pesquisa e o ensino de História, enfrentando os desafios da era digital (Bonete; Portilho, 2024).

3. Procedimentos metodológicos da pesquisa

Para a análise das reportagens digitais sobre *gênero* e *Ideologia de Gênero*, adotou-se uma abordagem amparada na História Digital, com análises quantitativas e qualitativas de buscas realizadas na plataforma *Google* notícias.

O primeiro passo consistiu na pesquisa de termos específicos no *Google*, visando identificar reportagens relevantes para o estudo. Foram utilizados os termos: *Gênero*; *Ideologia de Gênero*; *Gênero na escola*; *Estudo de Gênero na Escola*; *Gênero e família*; *Gênero, família e escola*; *Gênero e religião*; *Ideologia de gênero e política*; *Identidade de gênero e religião*. Esses conceitos foram escolhidos para abranger uma variedade de perspectivas e enfoques sobre o tema, permitindo uma coleta abrangente de materiais para análise, foram catalogadas 94 reportagens.

A coleta de dados se restringe ao período de 2019 a 2022. Este recorte temporal é escolhido devido à sua relevância política e social, marcado por intensos debates sobre gênero e *ideologia de gênero*, no contexto de um governo ultraconservador que utilizou esses temas como estratégia política. É importante pontuar que Jair Bolsonaro, durante seu mandato como presidente do Brasil, consolidou-se como uma figura política de perfil ultraconservador, moralista e negacionista, especialmente evidente no contexto da pandemia de COVID-19. (Fernandes; Oliveira; Coimbra; Campos, 2020). Sua postura rejeitou medidas científicas

amplamente aceitas, enquanto fomentava discursos polarizadores em diversas áreas, incluindo questões de gênero. Bolsonaro frequentemente atacava a identidade de gênero, tratando-a como uma ameaça à “família tradicional” e utilizando o termo *ideologia de gênero* de maneira pejorativa para mobilizar sua base conservadora.

Após a coleta inicial, as reportagens foram catalogadas em dois subeixos principais: gênero, que abrange questões como identidade de gênero, direitos das mulheres e inclusão de temas de gênero na educação; e *ideologia de gênero*, que discute o conceito frequentemente associado a discursos de grupos conservadores e suas implicações nas políticas educacionais.

Os procedimentos de coleta de dados seguiram as diretrizes do Portal Clio HD conforme o Manual de coleta de fontes digitais⁷, que utiliza uma abordagem sistemática e crítica na coleta e análise de fontes digitais.

Esses procedimentos incluem a verificação de autenticidade, contextualização histórica e sistematização dos dados. A verificação de autenticidade envolveu a avaliação da veracidade das fontes, considerando o conteúdo das reportagens e o seu interesse. A contextualização histórica analisou o contexto em que as reportagens foram publicadas, considerando eventos políticos e sociais relevantes do período, os principais veículos registrados foram *UOL*, *Brasil De Fatos*, *O GLOBO*, *CartaCapital*, *G1* e *Correio Braziliense*. As sistematizações dos dados estão dispostas em uma planilha contendo as principais informações, como título da matéria, autor, portal publicado e palavras-chave do conteúdo, facilitando a análise subsequente.

4. Apresentação dos resultados

A análise de reportagens digitais revela como os discursos sobre *gênero* e *ideologia de gênero* foram amplificadas na internet. Grupos ultraconservadores utilizaram essas plataformas para promover narrativas que associam o conceito de gênero a ameaças à moral e aos valores tradicionais. Esses discursos foram particularmente intensos durante o período de 2019 a 2022, com destaque para a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 e seu subsequente governo.

Para a análise textual das reportagens, utilizou-se o *Voyant Tools*⁸, uma ferramenta de código aberto para a análise de textos. O *Voyant Tools* permitiu a identificação de padrões e

⁷ O manual de coleta de fontes digitais é uma criação exclusiva do Portal Clio HD, destinado ao uso dos bolsistas e colaboradores envolvidos no projeto. Esse guia de coleta é estruturado em um formato de "passo a passo", com o objetivo de simplificar o processo de coleta e armazenamento de fontes digitais. Ele fornece orientações detalhadas e sugere a utilização de navegadores específicos para aprimorar a eficiência na coleta de dados (Bonete; Portilho, 2024).

A Figura 2 apresenta um diagrama das palavras-chave mais recorrentes em reportagens de gênero, destacando os termos que frequentemente emergem nas discussões sobre o tema. Essa visualização permite uma análise das tendências semânticas que moldam a narrativa pública sobre gênero, revelando como certos conceitos se agrupam.

Figura 2 – Diagrama de palavras acerca das fontes coletadas.



Fonte: dos autores (2024) a partir do uso do Voyant Tools.

A nuvem de palavras apresentada oferece uma visualização clara da frequência dos termos utilizados nas reportagens analisadas, destacando *gênero* como o termo central. O diagrama (figura 2) destaca a inter-relação entre os principais temas discutidos nas reportagens. *Gênero* é um termo central, conectando-se diretamente a *identidade*, *igualdade*, *desigualdade* e *sexualidade*, além de se associar a *mulheres* e *homens*, que por sua vez, têm conexões com *direitos*, *violência* e *política*. A presença de *educação* e *escolas* sugere a importância do contexto educacional nessas discussões. A presença significativa de termos como *mulheres*, *mulher* e *meninas* evidencia a forte associação das discussões de gênero com o feminino, indicando que as pautas mais abordadas nas reportagens geralmente giram em torno da *igualdade* de gênero e da *violência* contra mulheres. Esse foco no feminino revela como as experiências das mulheres e meninas são fundamentais para a compreensão das dinâmicas de gênero na sociedade.

Segundo Scott, o conceito de gênero é frequentemente utilizado como substituto de mulheres, sugerindo que o estudo das mulheres está intrinsecamente ligado ao estudo dos homens, pois ambos pertencem ao mesmo universo social. Esse uso desafia a ideia de esferas

separadas, que trataria a experiência de um gênero como independente do outro, e propõe que as relações entre os sexos são construções sociais, rejeitando explicações biológicas simplistas. Além disso, o termo *gênero* é empregado para descrever as relações sociais entre os sexos, enfatizando que estas são moldadas socialmente, e não determinadas apenas pelo sexo biológico ou pela sexualidade (Scott, 1995):

Se tratarmos da oposição entre masculino e feminino como sendo mais problemática do que conhecida, como alguma coisa que é definida e constantemente construída num contexto concreto, temos então que perguntar não só o que é que está em jogo nas proclamações ou nos debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também, como compreensões implícitas do gênero são invocadas ou reativadas (Scott, 1995, p. 9).

Além disso, termos como *educação*, *escola*, *direitos* e *criança* emergem como palavras-chave que nos levam a refletir sobre a relação entre gênero e o campo educacional. A frequência desses termos nas reportagens sugere que os estudos sobre *sexualidade* e *identidade* são tratados não como dogmas ou imposições ideológicas, mas como direitos fundamentais que devem ser assegurados no ambiente escolar.

Os autores Railane, Alvarenga e Silva (2022) destacam a importância de discutir gênero e sexualidade nas escolas, enfatizando que essas discussões estão profundamente interligadas com temas de identidade, igualdade e direitos humanos. Apesar das pressões contrárias, há um movimento pedagógico crescente nas escolas que apoia a educação de gênero, influenciado por políticas públicas e avanços nos movimentos feministas e de mulheres. Os autores destacam as escolas como um campo de batalha para essa disputa, com professores, estudantes e órgãos de educação enfrentando desafios e tensões decorrentes dessa polarização. A educação de gênero é defendida como essencial para desnaturalizar desigualdades e promover respeito e equidade de direitos, sendo a escola um espaço crucial para essa transformação social:

Nesse sentido, os/as que compreendem que o debate de gênero e sexualidade é garantia de uma educação integral e se insere no campo dos direitos humanos, devem se valer do marco legal que garante, além da liberdade de cátedra dos/as professores/as, o direito à formação dos preceitos científicos relacionados com a sexualidade humana (Railane; Alvarenga; Silva, 2022, p. 293-294).

Por outro lado, a presença de termos como *política* e *projeto de lei* ressalta o caráter político que permeia os estudos de gênero e o debate na mídia. Esses termos indicam que as discussões sobre gênero não estão isoladas no campo teórico ou acadêmico, mas são profundamente influenciadas por contextos políticos e legislativos. Isso demonstra que as discussões sobre gênero são, em grande parte, um campo de batalhas ideológicas, em que o controle sobre as narrativas de *identidade* e *sexualidade* nas escolas e na sociedade em geral é

constantemente negociado e contestado. No contexto brasileiro, especialmente a partir de 2014, a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e as subsequentes disputas políticas trouxeram à tona a tensão entre aqueles que defendem a inclusão dessas temáticas no currículo escolar e aqueles que as veem como uma ameaça, rotulando-as como *ideologia de gênero*. Porém, o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas é apresentado como um componente vital para a formação democrática e laica, enfrentando resistências significativas, mas permanecendo central na luta por uma educação inclusiva e igualitária. (Railane; Alvarenga; Silva, 2022).

Portanto, a análise dessa nuvem de palavras não só nos oferece uma visão do que está sendo discutido nas reportagens sobre gênero, mas também nos permite compreender as complexas interações entre gênero, educação, política e direitos, mostrando que o debate sobre gênero é multifacetado e profundamente enraizado em questões sociais e culturais mais amplas.

Figura 3 – Nuvem de palavras acerca das fontes coletadas.



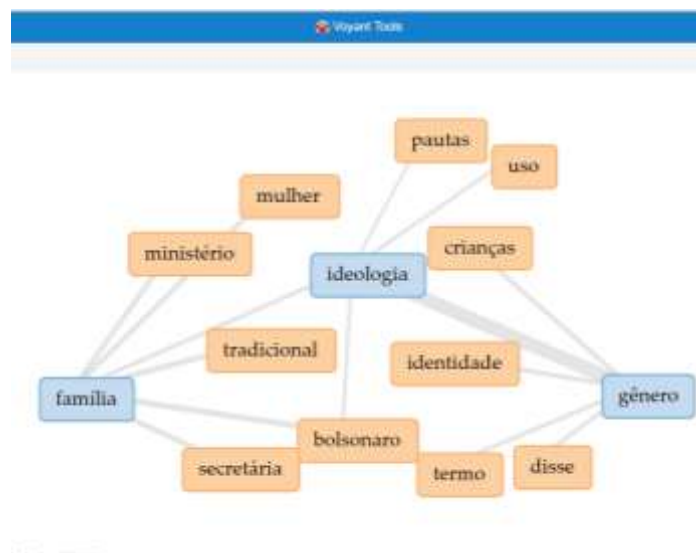
Fonte: Dos autores (2024) a partir do uso do Voyant Tools.

A figura 3, apresenta uma nuvem de palavras que destaca termos como *gênero*, *ideologia*, *Bolsonaro*, *família*, *governo*, *escola* e *direitos*. A centralidade de *gênero* e *ideologia* indica que esses foram os principais focos nas reportagens analisadas. A presença proeminente de *Bolsonaro*, *presidente* e *governo* revela o impacto direto das políticas do governo na disseminação e amplificação dessas discussões refletindo a intensa polarização e

politização do termo *ideologia de gênero*, especialmente considerando que o governo de Jair Bolsonaro adotou uma postura ultraconservadora, frequentemente associada à defesa de valores tradicionais, como a família. A *ideologia de gênero* é descrita como uma construção discursiva que promove a manutenção de normas de gênero rígidas e exclui qualquer manifestação que desestabilize a continuidade entre sexo biológico, gênero culturalmente construído, e prática sexual (Marafon, 2018).

A presença de palavras como *ministro* e *ministério* nos remete a outras figuras e formas como esse debate ocorreu, com matérias por exemplo ““Sai o kit gay, entra a leitura em família”, diz ministro da Educação”” publicado pelo *O GLOBO* e “Exposição a conceitos comunistas' e 'ideologia de gênero': escola municipal do RJ recebe intimação da polícia após denúncia encaminhada pelo Ministério de Damares” publicado pelo veículo *CartaCapital*. Nesse cenário, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, desempenhou um papel fundamental nas discussões. Pastora evangélica e ativista pró-vida, Damares consolidou uma agenda que priorizava pautas religiosas e conservadoras, frequentemente desconsiderando perspectivas inclusivas e os direitos de populações LGBTQIA+. Além disso, termos como *escola*, *direitos* e *crianças* sugerem que o debate sobre gênero estava ligado à educação e aos direitos das crianças, áreas que se tornaram campo de batalha para ideologias conflitantes. A postura antigênero continua prevalecendo, defendendo uma visão tradicional da família baseada na complementaridade entre homem e mulher e promovendo uma educação que busca regular práticas pedagógicas para evitar que crianças sejam expostas a concepções de gênero diferentes dessa perspectiva (Marafon, 2018).

Figura 4 – Nuvem de palavras acerca das fontes coletadas.



Fonte: dos autores (2024) a partir do uso do Voyant Tools.

A quarta figura apresenta um gráfico de conexões, que ilustra como esses termos se relacionam entre si. A *ideologia* aparece conectada fortemente a *gênero*, *família*, *crianças* e *Bolsonaro*, refletindo a maneira como a discussão sobre a ideologia de gênero foi articulada em torno de preocupações familiares e educativas, e como essas preocupações foram politicamente instrumentalizadas. A conexão entre *família* e *ministério* sugere que as políticas ministeriais, possivelmente do Ministério da Educação ou da Mulher, Família e Direitos Humanos, desempenharam um papel central na promoção de uma visão tradicional da família e na oposição às novas abordagens sobre identidade de gênero. A “*ideologia de gênero*” é abordada como uma estratégia conservadora que surge em resposta às demandas de igualdade de gênero e direitos das minorias sexuais. A luta contra a “*ideologia de gênero*” é, na verdade, uma resistência às mudanças sociais que buscam maior igualdade e diversidade nas relações de gênero (Marafon, 2018).

A presença de termos como *tradicional* e *identidade* reforça a tensão entre valores tradicionais e as novas discussões sobre identidade de gênero. Esse movimento antigênero é associado a uma cruzada contra os direitos das mulheres e das comunidades LGBTQIA+, onde a homossexualidade e outras expressões de diversidade sexual são retratadas como imorais e contrárias à ordem natural. (Marafon, 2018)

A ligação entre os termos *Bolsonaro* e *ideologia* destaca a personalização do debate, em que a figura do presidente foi utilizada para reforçar uma narrativa política contra o que se chamava de “*ideologia de gênero*”. O conceito de “*ideologia de gênero*” como uma fórmula discursiva foi amplamente utilizado por agentes políticos da extrema-direita, especialmente ligados a setores religiosos, para criticar políticas educacionais voltadas para a diversidade de gênero e inclusão LGBTQIA+ nas escolas. Esses grupos apresentam as discussões sobre identidade de gênero como uma ameaça à família tradicional e à autoridade religiosa, promovendo uma visão ultraconservadora que rejeita a ideia de gênero como uma construção social. Seguindo essa perspectiva a expressão “*ideologia de gênero*” cristalizou-se como uma fórmula discursiva polêmica, impulsionando discursos retrógrados e anticientíficos que silenciaram debates sobre gênero, inclusão e direitos das minorias (Tolentino; Almeida, 2023).

Conclusão

As reflexões realizadas ao longo deste artigo destacam a crescente complexidade e polarização das discussões em torno dos conceitos de gênero e “*ideologia de gênero*” no

Brasil. A investigação das fontes digitais entre 2019 e 2022 revelou como a expressão "*ideologia de gênero*" tem sido instrumentalizada por grupos ultraconservadores, para deslegitimar e desqualificar debates sobre gênero e sexualidade. Essa estratégia visa manter uma visão conservadora e tradicionalista sobre gênero, reforçando normas heteronormativas e patriarcais, e tem gerado um ambiente de acirramento político e social.

Os debates acerca dos conceitos de gênero, "*ideologia de gênero*" e suas implicações históricas e sociais revelam a importância desses temas na compreensão das relações de poder e desigualdade na sociedade. O desenvolvimento dos estudos de gênero, como destacado por Scott (1995) e Matos (2013), tem sido fundamental para a desconstrução de visões tradicionalmente estáticas sobre masculinidade e feminilidade, reconhecendo que essas identidades são moldadas por contextos sociais, culturais e históricos específicos. Essa abordagem permite uma análise mais profunda das dinâmicas de poder que perpetuam as desigualdades de gênero, situando o gênero como uma categoria central para a análise histórica e social.

No contexto contemporâneo, a noção de "*ideologia de gênero*" surge como uma ferramenta discursiva utilizada por grupos conservadores para deslegitimar e combater os avanços no campo dos estudos de gênero. Esse termo, conforme analisado por Marafon (2018) e Tolentino e Almeida (2023), é empregado para promover uma visão moralista e reguladora das identidades de gênero, contribuindo para a polarização e o conflito em torno de questões essenciais para a igualdade de direitos e o reconhecimento da diversidade humana. A disseminação dessas narrativas de intolerância, especialmente no âmbito educacional, impede o progresso em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao utilizar o termo "*ideologia de gênero*" como uma ameaça às famílias e valores tradicionais, esses grupos promovem uma narrativa alarmista que polariza o debate e dificulta a implementação de políticas educacionais inclusivas. O uso dessa expressão como ferramenta retórica demonstra uma tentativa deliberada de impedir avanços nos estudos de gênero e na promoção e no entendimento da igualdade de direitos.

Os resultados obtidos indicam que, apesar da disseminação dessas narrativas conservadoras, o campo acadêmico continua a avançar na desconstrução das desigualdades de gênero e na promoção de uma compreensão mais ampla e inclusiva das identidades de gênero. É essencial que a educação mantenha seu compromisso com a formação crítica e com os direitos humanos, oferecendo uma perspectiva que valorize a diversidade e combata o preconceito.

A análise das fontes digitais revelou que o debate sobre *gênero* e "*ideologia de gênero*" foi amplamente amplificado em plataformas online, especialmente por grupos ultraconservadores entre 2019 e 2022. Esses grupos usaram termos como "*ideologia de gênero*" para articular narrativas que retratam o gênero como uma ameaça aos valores tradicionais e à moralidade, principalmente durante o governo de Jair Bolsonaro.

A análise evidenciou que o conceito de "gênero" foi amplamente associado ao feminino, com discussões focadas em *igualdade* e *violência* contra mulheres, refletindo como as experiências das mulheres são fundamentais para a compreensão das dinâmicas de gênero. Além disso, a presença de termos como *educação*, *direitos* e *criança* sublinhou a importância do contexto educacional nesse debate, sugerindo que a discussão sobre identidade de gênero nas escolas foi vista como um direito fundamental a ser protegido, apesar das pressões contrárias.

Por fim, apontamos que as reportagens analisadas mostram que o termo "*ideologia de gênero*" foi estrategicamente utilizado para consolidar posições políticas conservadoras e deslegitimar discussões sobre gênero e sexualidade na sociedade brasileira, particularmente na educação. A polarização desse debate evidencia o confronto entre valores tradicionais e a busca por maior igualdade e inclusão nas relações de gênero.

Referências

ALMEIDA, Fábio Chang de. Internet, fontes digitais e pesquisa histórica. In: BARROS, José D'assunção. **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

BONETE, Wilian Junior; BAGESTEIRO, Maria Portilho. Clio HD: experiências na construção de um banco de dados para a preservação digital do passado, **Revista História em Reflexão**, Grande Dourados, Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/17535>. Acesso em: 03 nov. 2024.

MARAFON, Giovanna. Análises críticas para desmontar o termo "ideologia de gênero. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, p. 117-131, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400010. Acesso em: 03 nov. 2024.

MARQUES, Ana Maria. Feminismos e gênero: uma abordagem histórica. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 4, n. 8, p. 6-19, Jan-Jun, 2015. Disponível: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/556>. Acesso em 03 nov. 2024.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das Mulheres e Relações de Gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v. 19, n. 19, 2013, p. 5-15.

Disponível em: <https://especializacaoemgenero.com.br/textos/Luzia%20aula%202/maria-izilda-historia-das-mulheres.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2024.

MAYNARD, Dilton. O passado eletrônico: notas sobre História Digital **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 103-116, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/726>. Acesso em 15 jul. 2024.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 66-88, 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/522/299>. Acesso em 10 out. 2024.

RAILANE, Kerzia. ALVARENGA, Elda. SILVA, Erineusa Maria da. As narrativas da “ideologia de gênero” nas mídias sociais e na imprensa: tensionamentos na educação brasileira. **Caderno Espaço Feminino**, v. 35, n. 1, p. 273-298, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/67113>. Acesso em 18 out. 2024.

ROSA, Pablo Ornelas; SOUZA, Aknaton Toczec; CAMARGO, Giovane Matheus. O combate à “ideologia de Gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das fake news difundidas nas mídias digitais brasileiras. **Sinais: Revista de Ciências Sociais**, Vitória, v. 2, n. 29, p. 128-154, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/29044>. Acesso em 21 set. 2024.

ROVAI, Marta Gouveia Oliveira. Gênero e história pública: desafios ao exercício historiográfico. In: RODRIGUES, Thamara de Olivera; CASTRO, Rafael Dias de. (orgs.) **História pública e teoria da História**. São Paulo: Letra & Voz, 2024, p.53-70.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 17 ago. 2024.

SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin; RAMOS, Márcia Elisa Teté. Narrativas históricas na tecnosfera: a responsabilidade de ensinar história através da internet. In: FRONZA, Marcelo; RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. **Ensino de História e Internet: aprendizagens conectadas**. Cuiabá: Paruna, 2021. p. 13-35.

TOLENTINO, Hêlvio Pires; ALMEIDA, Júlia Maria Costa de. Discurso antigênero e a fórmula “ideologia de gênero”. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 17, n. 37, p. 268-287, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/41819/29256>. Acesso em 25 set. 2024.

FERNANDES, Carla Montuori; OLIVEIRA, Luiz Ademir de; COIMBRA, Mayra Regina; CAMPOS, Mariane Motta de. A pós-verdade em tempos de Covid-19: o negacionismo no discurso do governo no Instagram. **Liincem Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1-18, dez. 2020.

Primeiros passos

Recebido em: 04 nov. 2024.

Aprovado em: 09 dez. 2024.